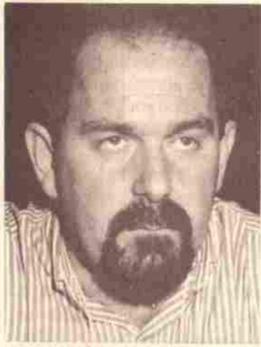


Lei Eleitoral aprovada é sob medida para FHC

Roberto Parizotti



Dutra: "O céu será o limite"

"O projeto aprovado no Senado deu vários corpos de vantagem para os atuais ocupantes de cargos executivos. Significa a derrubada da possibilidade de uma oposição disputar as eleições". Essa foi a reação do líder das Oposições no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), com a aprovação, no dia 17, da lei eleitoral naquela casa. A lei saiu sob medida para a reelei-

ção de Fernando Henrique Cardoso, estamparam os principais jornais do país no dia seguinte à aprovação. O projeto volta agora à Câmara Federal, onde deve ir a votação em plenário até o fim deste mês.

A lei eleitoral, que chegou ao Senado com diversas emendas propostas pelos partidos do Bloco das Oposições aprovadas na Câmara, foi modificada pelo relator Lúcio Alcântara (PSDB-CE), retirando os avanços que a oposição, a partir de acordo com deputados do PMDB e PPB, incluiu. "O documento final ficou razoavelmente democrático; não é a lei que julgamos a melhor, mas foi a possível", comentou, no dia 28 de agosto (data da aprovação do projeto na Câmara), o líder do PT na Casa, José Machado (SP).

"No Senado, fizemos barba, cabelo e bigode. Agora, na Câmara, não vamos comer mosca de novo", declarou ao jornal *O Globo* o líder do PFL na Câmara,

Inocêncio Oliveira (PE), revelando a orientação dos partidos governistas em favorecer a campanha de FHC a um novo mandato em 98. "Isso ficou claro quando o ministro da Justiça, Íris Rezende, ligou para os senadores de Goiás (todos do PMDB), em pleno momento de votação, para orientá-los quanto a como votar", ressaltou Dutra.

Em pronunciamento na Casa, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que a Lei Eleitoral está marcada pela decisão que o Congresso Nacional tomou com respeito ao direito de reeleição. "Se o direito de reeleição já representou um atraso, no meu entender, relativamente ao processo de aperfeiçoamento da democracia, agora essa Lei Eleitoral prevê vantagens extraordinárias justamente para aqueles que estão à frente do Poder Executivo, ou seja, dos cargos de governador ou de presidente da República", disse Suplicy.

Projeto torna a disputa desigual

Roberto Parizotti



Machado: "Era a lei possível!"

O substitutivo do relator Lúcio Alcântara (PSDB-CE) à lei eleitoral aprovado cortou dois dos principais itens defendidos pelos partidos de oposição: o financiamento público de campanhas e a não inclusão dos votos em branco para o cálculo do coeficiente eleitoral. O presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo informações da imprensa, empenhou-se pessoalmente em derrubar o financiamento público de campanhas. Pela emenda original aprovada na Câmara, os recursos do Orçamento da União para o Fundo Partidário seriam multiplicados por 10, indo para R\$ 420 milhões.

Em artigo no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 11 de setembro, os líderes dos partidos do Bloco das Oposições na Câmara José Machado (PT-SP), Aldo Arantes (PCdoB-GO) e

Neiva Moreira (PDT-MA) defenderam o financiamento público de campanhas. "Ele torna a eleição mais barata. Assegura que as forças políticas disputem-na em condição menos desigual e reduz o espaço para a corrupção", escreveram. Quanto ao argumento de FHC de que o Governo Federal não teria recursos para tal fim, os líderes rebateram: "O Planalto gastará R\$ 445 milhões com propaganda oficial no próximo ano, valor aproximado da verba prevista para o Fundo Partidário em 1998".

Quanto ao voto em branco, argumentaram os líderes: "O resultado (da inclusão dos votos em branco no quociente eleitoral) é que um partido que tenha uma votação significativa, mas que por poucos votos não tenha atingido o quociente eleitoral, não elege ninguém. Pior: seus votos são aproveitados pelos partidos que atingiram o quociente, ampliando artificialmente suas bancadas. A vontade do eleitor é completamente desvirtuada".

Além do financiamento público e da manutenção dos votos em branco no quociente eleitoral, o líder das Oposições no Senado, José Eduardo Dutra, lembra que a derrubada do limite de gastos para os candidatos também prejudica a lisura da lei. "Se a Câmara mantiver esse item, o céu será o limite



Suplicy: moralidade ameaçada

de gastos, ou seja, é a força do poder econômico ainda tornando a disputa desigual", protestou.

O senador Eduardo Suplicy destaca ainda outros itens que demonstram claramente a orientação da lei aprovada no sentido de favorecer os atuais governantes: a permissão de os candidatos participarem de inaugurações de obras públicas; a proibição de exibição de imagens externas em propaganda eleitoral gratuita; permissão de pronunciamentos de candidatos governantes em cadeia de rádio e TV; e permissão de os candidatos governantes utilizarem, em campanha, transporte oficial. "Essa lei não garante a moralidade na escolha dos futuros mandatários do povo", definiu Suplicy.

PRINCIPAIS PONTOS APROVADOS

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

- Derrubado o financiamento público, ficando valendo as mesmas regras da eleição de 1994: empresas podem doar até 2% da receita operacional bruta no ano anterior ao do pleito ou 300 mil Ufirs; pessoas físicas podem doar até 10% dos rendimentos brutos ou 70 mil Ufirs (o que for maior)
- Recursos para o Fundo Partidário se mantêm em R\$ 42 milhões

VOTOS EM BRANCO

- Continua a pertencer ao partido mais votado para a composição do coeficiente eleitoral, como está em vigor desde 1950

DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

- Não é necessária. O presidente da República e os governadores candidatos à reeleição podem fazer campanha sem deixar os cargos, além de participar de cerimônias de inauguração de obras em qualquer época, mesmo nos 90 dias que antecedem a eleição. Só não podem contratar artistas para animar as inaugurações (showmícios)

USO DA MÁQUINA

- O presidente da República, governadores e prefeitos candidatos podem usar carros e aviões oficiais durante a campanha, desde que os partidos paguem pelo uso até 10 dias depois. Seguranças e pessoal de apoio estão excluídos desse pagamento

- Os governantes podem convocar cadeia de rádio e TV para pronunciamentos, exigida, porém, apenas a comunicação à Justiça Eleitoral

- Todos os prédios públicos, como ginásios de esportes, podem ser utilizados para convenções partidárias e o presidente da República e os governadores poderão fazer reuniões nas residências oficiais

PESQUISAS

- A divulgação de pesquisas eleitorais fica proibida em qualquer tipo de propaganda eleitoral gratuita, como rádio, TV, propaganda normal ou inserções

- O mesmo instituto de pesquisa não poderá ser contratado por um partido político e por um órgão de comunicação

- Os partidos terão acesso às pesquisas no momento em que forem registradas, independentemente de quem as patrocinou. Se identificarem irregularidades, podem pedir à Justiça Eleitoral o embargo de sua divulgação

PROPAGANDA ELEITORAL

- A campanha eleitoral terá duração de 45 dias
- Proibida a utilização de imagens externas (comícios, manifestações, filas de hospital, favelas etc.) também nos programas de propaganda eleitoral gratuita na televisão

- A propaganda em postes de iluminação pública, viadutos, passarelas e pontes também não é permitida

- Não pode haver críticas a adversários na campanha, só podendo ser feitas em programas de debates ou jornalísticos

- A propaganda é livre na Internet e os canais de TV por assinatura ficam livres de exibir os programas eleitorais gratuitos

LIMITE DE GASTOS

- Os partidos definirão o limite de gastos de cada candidato
- Sobras de campanha oriundas de doações devem ser utilizadas somente para criação de institutos de pesquisa e doutrinação e educação política

COLIGAÇÕES

- As coligações para eleição proporcional ficam desvinculadas das coligações para as eleições majoritárias no caso de Estados e municípios

OUTROS ITENS

- Proibida utilização de carros de som de sindicatos, centrais sindicais e outras entidades nas campanhas e nas inaugurações

- Os vereadores, assim como os deputados, passam a gozar de candidaturas natas à reeleição
- Os deputados não poderão mais escolher seus números para a eleição

- Pessoas contratadas para trabalhar na campanha deverão ter vínculo empregatício, com carteira de trabalho assinada pelo contratante

- Servidores públicos não poderão receber nenhum tipo de benefício ou vantagem durante o período eleitoral, nem mesmo vale-refeição adicional

Data de julgamento de Rainha está indefinida

Roberto Parizotti



Prisão de Rainha será política

O juiz de Pedro Canário (ES), Sebastião Mozzine, tirou, no dia 18, da pauta o julgamento do líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) José Rainha Júnior, que estava marcado para o dia 29 de setembro. A decisão do juiz, segundo o MST, deveu-se à indefinição quanto ao pedido de desaforamento feito pelos advogados de Rainha.

A resposta à solicitação da defesa de Rainha para a transferência do local de julgamento de Pedro Canário para Vitória já sofreu quatro adiamentos. Na última, dia 18, o Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo acatou questão de ordem apresentada pelo promotor Ulisses Guzman, arguindo a competência da 1ª Câmara Criminal do Tribunal para julgar o pedido. Ficou decidido que a questão será apreciada no dia 23 de setembro (terça-feira) pelas Câma-

ras Criminais Reunidas, tendo como relator o desembargador William Silva, que já havia relatado na 1ª Câmara e votado favoravelmente ao desaforamento.

A direção nacional do MST acredita que, na reunião do dia 23, haverá novamente pedido de vistas e a decisão deverá ser adiada. Segundo nota da entidade, "o julgamento não acontece antes de dezembro deste ano". Porém, o MST adianta que continuará com a campanha pela não condenação de Rainha e orienta todos a continuarem enviando ao líder mensagens de solidariedade. No dia 17, em Vitória, foi realizada reunião-ato, quando foi analisado o processo contra Rainha. Participaram da reunião o presidente nacional do PT, José Dirceu, o secretário agrário nacional do Partido, Plínio de Arruda Sampaio, e mais perto de 150 representantes de outras organizações, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A presidente da Anistia Internacional, Fiona Macaulay, leu, durante o encontro, carta na qual a direção do organismo considerará o líder sem-terra preso político caso seja mantida sua condenação no novo julgamento.

LEIA AINDA NESTA EDIÇÃO

Prefeitos de Xapuri e de Manuel Urbano, no Estado do Acre vêm sofrendo perseguições

Página 3

Fundação Perseu Abramo analisa 20 anos de reorganização do movimento estudantil

Página 3

3º Grito dos Excluídos tem participação recorde e reúne mais de 70 mil em Aparecida

Página 4

recado ao militante

cartas



Colocando os pingos nos is

O PT considera que o melhor nome para disputar a Presidência da República em 1998 ainda é Lula. Mas está aberto para discutir outras alternativas, a serem apresentadas pelos nossos aliados

É preciso pôr as coisas em seu devido lugar, ou, como diria o povo, colocar os pingos nos is. Precisamos deixar as coisas claras. O PT vem trabalhando, há mais de dois anos, pela unidade das oposições a Fernando Henrique Cardoso e ao neoliberalismo.

E não é só no Parlamento, onde conseguimos constituir o Bloco Parlamentar na Câmara, com 94 deputados, e no Senado, onde o Bloco Parlamentar conta com a participação de 11 senadores, inclusive Roberto Freire, do PPS.

Constituímos a Frente das Oposições, que reúne o PT, PCdoB, PDT e PSB. Estamos construindo uma plataforma comum, que terá sua primeira versão ainda este mês. Belo Horizonte será sede da próxima reunião dos quatro partidos, dia 23, para a elaboração do documento final da plataforma.

Tão importante quanto essas articulações foram nossas ações, em conjunto, de apoio ao Movimento dos Sem-Terra, à CUT, à Contag, nossa luta comum em defesa da Vale do Rio Doce, vitoriosa porque obtivemos o apoio da cidadania; nossa luta contra a emenda da

reeleição; e, agora, contra essa vergonhosa legislação eleitoral que o governo quer impor a todos nós, uma verdadeira violação aos direitos básicos da oposição e uma tentativa de corromper a democracia.

Não estamos chegando agora na política de alianças.

Nesse sentido, o nosso 11º Encontro foi generoso. Não só aprovou a proposta de um candidato único da Frente das Oposições para concorrer à Presidência da República, como a ampliação da política de alianças para além da esquerda. E mais: mesmo tendo Lula como candidato unânime, o PT não o lançou para que as oposições pudessem construir conjuntamente um nome para enfrentar e derrotar Fernando Henrique Cardoso.

O PT, inclusive, a partir de iniciativas do próprio Lula, incentivou o lançamento de outros nomes, como Tarso Genro, Cristovam Buarque e Sepúlveda Pertence. Jamais tivemos um comportamento hegemônico ou de imposição. Por isso é que temos todo o direito e devemos dizer, alto e bom som, que não aceitamos imposi-

ções nem vetos. Não aceitamos veto ao Lula nem a imposição de que Ciro Gomes é o único nome que pode representar a centro-esquerda.

A filiação de Ciro Gomes é um assunto dele e do PSB. Mas sua candidatura à Presidência da República primeiro precisa ser apresentada pelo PSB. Está evidente que existem tensões, oposição e contradições no PSB. Que não será um caminho fácil nem a filiação nem a apresentação de Ciro Gomes como candidato à Presidência da República.

O PT considera que o melhor nome para disputar a Presidência da República em 1998 ainda é Lula. Mas está aberto para discutir outras alternativas, a serem apresentadas pelos nossos aliados. Queremos ampliar, a partir de um programa antineoliberal e com propostas para resolver os principais problemas do Brasil, a aliança das oposições. Mas queremos, principalmente, derrotar Fernando Henrique Cardoso.

Não dá e não vamos aceitar a conduta de Roberto Freire, que tenta arrastar o PPS e as esquerdas para uma política de conciliação com

Fernando Henrique Cardoso. Quando Roberto Freire afirma, em entrevista à revista *Isto É*, que FHC é de esquerda, que o seu governo não é neoliberal e que nós precisamos apoiar suas reformas, ele opta por apoiar o governo. Do qual, aliás, o seu partido participa, com o Ministério da Reforma Agrária.

A unidade não pode significar um rebaixamento do programa político da frente que vai enfrentar Fernando Henrique Cardoso. A esquerda não pode e não deve entregar a hegemonia do processo político para o centro. A ampliação da política de alianças para além da esquerda é necessária, mas não podemos entregar 30 anos de

Não dá e não vamos aceitar a conduta de Roberto Freire

luta política, 17 anos de construção do PT para propostas que não nos levarão a nada.

O PT está onde sempre esteve. Na oposição, por uma frente mais ampla que as esquerdas, por um candidato único, com base num programa alternativo ao neoliberalismo. Lula tem todas as condições para ser candidato, até porque tem o que é mais importante: o respaldo popular.

José Dirceu

Jamais tivemos um comportamento hegemônico ou de imposição

opinião

Voto distrital: gato por lebre

Pesquisa realizada pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) revelou que 57% dos congressistas são favoráveis à introdução do voto distrital misto, no qual partes dos deputados é escolhida pelo procedimento majoritário — cada partido apresenta um candidato por distrito e apenas o mais votado é eleito — e a outra, pela regra proporcional.

Inquietante é o fato de este sistema ter despertado a simpatia de alguns petistas, em nome da expectativa presumível de que possa permitir uma maior aproximação entre eleitor e representante. O que pode ser verdade para aqueles 30 a 40% de eleitores que tiveram a felicidade (em alguns casos me-

lhor seria dizer infelicidade) de escolher o candidato vencedor. Para os demais, uma banana. Numa das últimas eleições inglesas, isto significou a exclusão de 47% dos eleitores de qualquer representação no Parlamento. Este sistema pune especialmente candidaturas de esquerda ou ligadas a movimentos sociais, que possuem, via de regra, uma votação dispersa, raramente majoritária em uma região geográfica. Basta pensar o seguinte: em quais regiões do Estado o PT teria condições de fazer o candidato distrital mais votado?

A eleição majoritária beneficia políticos tradicionais que fazem da atividade parlamentar uma prestação de

serviços e favores para sua clientela, tornando-se indiferentes a tudo que ultrapasse os marcos limitrofes de seus distritos. Enquanto o sistema proporcional representa opiniões existentes na sociedade e traduzidos pelos partidos, o voto distrital tem raízes na prática medieval da representação de potentados locais. Seu perfil paroquial e conservador reduz a sensibilidade do Legislativo face a projetos nacionais e de interesse popular.

Os defensores deste sistema costumam afirmar que a eleição da outra parte de deputados pelo método proporcional — como no modelo alemão — poderia corrigir estes defeitos. Isto não é verdade: as cadeiras obtidas na

eleição distrital não estão submetidas ao corretivo proporcional. Assim, mesmo tendo obtido um resultado medíocre em sua lista, partidos como o PMDB, PFL ou PPB podem assegurar número expressivo de vagas, vencendo apenas nos distritos.

Mas a coisa pode ser ainda mais grave. Nenhum dos oito projetos de voto misto tramitando no Congresso corresponde ao modelo alemão, sendo todos muito piores que este. Alguns propõem apenas um voto para o eleitor, o que atrela completamente a eleição à dinâmica distrital, havendo um que chega a sugerir somente 1/10 de vagas proporcionais.

Vereador Adeli Sell,
Porto Alegre (RS)

As drogas e o novo holocausto

Filosofia oriental nos ensina que nossos pensamentos, palavras e nossos atos são os fios de uma rede que tecemos e que nos envolve. A lei do carma, conjunto das ações e suas conseqüências, nos ensina que só colhemos aquilo que semeamos e que tudo o que está acontecendo neste momento é resultado de escolhas feitas no passado, muitas das quais feitas inconscientemente. Assim, o futuro será o resultado das escolhas de hoje.

Minha escolha de hoje é, mais uma vez, trazer nova iniciativa para o combate às drogas.

"Policiais vendem armas a traficantes", "Abaetetuba é a Medellín brasileira", "O Brasil já é o terceiro centro mundial da Máfia" são algumas das últimas manchetes de nossos principais jornais.

O Brasil, com sua economia estabilizada e inflação controlada, enorme massa de população pobre e sem educação, dimensões continentais e imensas áreas virgens e mais a ausência de uma moderna legislação, poderá ser em breve a capital mundial da droga, não só na importância de seu território como rota, mas também como produtor, consumidor e lavador dos dinheiros sujos.

O que fazer? Todos podem e devem fazer algo.

O presidente Fernando Cardoso poderia propor à comunidade internacional o uso dos depósitos bancários daqueles que morreram no Holocausto, e que não mais seja possível os familiares recuperarem, para o combate às drogas, estimulando a reflexão sobre outros dinheiros sujos.

Os políticos deveriam legislar objetivando novos mecanismos que permitissem a mais fácil identificação e o confisco dos dinheiros sujos do tráfico, leis mais severas sobre a legalidade das operações financeiras e contra os traficantes.

O Judiciário deveria se modernizar, tornando-se mais ágil, melhor protegendo o colabora-

dor da Justiça e ampliando a cooperação entre países.

O Governo agilizando a implementação das soluções já testadas e aprovadas.

E a sociedade, o cidadão, o pai, o educador o que pode fazer?

Conheço colégio no exterior em que todo e qualquer aluno para o frequentar terá por si, e por seus pais, concordar em se submeter a testes para saber se estão usando drogas. São amostragens periódicas, e sem pré-aviso, que o colégio faz e que, se o resultado for positivo, permite a expulsão do aluno do colégio. A solução cria excelentes condições psicológicas para inibir o uso de drogas. O teste possui eficiência, não representa custos elevados e os resultados trazem alta credibilidade ao colégio.

Outra medida de baixo custo e alta eficácia é a instalação de câmaras de controle remoto, não só no interior, como nos passeios de acesso ao colégio, permitindo vigiar e gravar a ação dos traficantes, como também as brigas e badernas de maus alunos ou gangues.

Certamente, alguns irão argumentar que tais soluções restringem a liberdade, quebram o sigilo pessoal, ferem a privacidade, individualidade etc.

Será que não é válido repensar o sigilo, a privacidade, a individualidade, para se evitar um novo holocausto?

Certamente, poucos naqueles dias de horrores e que hoje nos envergonhamos, ouviram a voz "de como ajudar". Muitos, como hoje no caso das drogas, preferiram ouvir a voz "do que vou ganhar com isso" e, sempre que a voz do ego for mais alta do que a do espírito, mesmo que inconscientemente, a humanidade sofre ou sofrerá.

Só um caminho existe para não nos envergonharmos amanhã. Nosso darma, nosso propósito de vida, ser como o tecer de uma roupa, em que nós mesmos venhamos a usá-la.

Valdemiro A. M. Gomes,
Belém (PA)

Sede nacional tem novos telefones

A sede nacional do Partido dos Trabalhadores está com novos telefones. Foi instalado o sistema DDR (Discagem Direta a Ramal), o que permite que as ligações externas sejam feitas diretamente ao ramal desejado, sem necessidade de passar pela telefonista. Foi, também, alterado o tronco-chave, que passou de 604-6200 para 233-1313. Os ramais anteriores continuam valendo, tendo se alterado, contudo, o prefixo, que passa a ser 233. Informamos abaixo os principais ramais de cada secretaria:

SECRETARIA	TELEFONE
AGRÁRIA	233-1371
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	233-1388
COMBATE AO RACISMO	233-1376
COMUNICAÇÃO	233-1322
FINANÇAS & PLANEJAMENTO	233-1344
FORMAÇÃO POLÍTICA	233-1320
MOVIMENTOS POPULARES	233-1379
MULHERES	233-1375
NÚCLEO ADMINISTRATIVO	233-1311
NÚCLEO DE INFORMÁTICA	233-1350
ORGANIZAÇÃO	233-1366
PRESIDÊNCIA	233-1333
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	233-1377
SECRETARIA GERAL	233-1355
SERVIÇOS GERAIS	233-1306
SINDICAL	233-1368
TELEFAX	233-1300

expediente

Publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Presidente Nacional do PT: José Dirceu
Secretaria Nacional de Comunicação: Vera Gomes
Jornalista responsável/Edição: Carlos Mercuri (Mtb 19.645)
Redação: Carlos Mercuri, Antônio Cerveira de Moura, Myriam Luiz Alves

Administração: Ricardo Bimbo, Lia Gonçalves
Diagramação: Jorge Mariano
Sede: Rua Silveira Martins, 132 - São Paulo - SP - CEP 01019-000
Tel.: (011) 233-1313 / Fax: (011) 233-1300 / E-mail: ptbrasil@axapc.org
Tiragem: 12 mil Impressão: Artgraf

Prefeitos do PT do Acre são alvo de perseguição

Jorge Mariano/Arquivo/DN



Marina: cidade emblemática

Dois das três administrações petistas do Acre estão sendo alvo de ataques, principalmente do PMDB. No dia 12 de setembro, a Câmara Municipal de Xapuri cassou, por sete votos a dois, o mandato do prefeito Júlio Barbosa de Aquino. Liminar concedida no dia 15 pelo juiz-substituto da Comarca, José Augusto Cunha Fontes da Silva, reconduziu Barbosa ao cargo, em virtude de os advogados do prefeito não terem tido acesso antecipado ao relatório final da comissão processante da Câmara,

impedindo, portanto, a preparação da defesa.

A outra administração petista que vem sofrendo perseguição é a de Manuel Urbano. No dia 11, a Câmara Municipal da cidade tentou instalar CPI para apurar supostas irregularidades cometidas pelo prefeito Jorge Almeida. O jornal *A Gazeta* noticiou que a comissão havia sido instalada por seis votos favoráveis, quando, na verdade, segundo a presidente do DR do Acre, Socorro Lima, a votação não obteve o quorum de dois terços necessário para a aprovação do requerimento, feito pelo vereador Altanizio Taumaturgo (PMDB). Foram, informou Socorro, três votos favoráveis à CPI e três contrários, com duas abstenções, num colégio de oito vereadores.

“Como se vê, não existe nenhuma CPI instalada para investigar as ações do prefeito Jorge Almeida. Tem, sim, um vereador irresponsável, orientado pelo senador Flávio Melo (PMDB), tentando a todo custo jogar lama sobre a imagem de um homem público que vem desenvolvendo um trabalho honesto e dedicado em favor da cidade e da população de Manoel Urbano”, relata Socorro.

Aumento inexistente

A cassação do prefeito de Xapuri, Júlio Barbosa, teve como alegação o fato de o prefeito ter concedido aumento salarial aos funcionários comissionados sem aprovação da Câmara. Na verdade, segundo a senadora do PT pelo Acre, Marina Silva, Barbosa regularizou uma situação ilegal. “Na administração anterior, os comissionados recebiam oficialmente um salário de R\$ 337,00 e, por fora, uma complementação de R\$ 500,00. Ao assumir, o prefeito mandou para a Câmara um projeto fixando o salário dos comissionados em R\$ 600,00, sem a gratificação por fora, ou seja, em um só contracheque. Ou seja, não houve aumento salarial, mas, pelo contrário, redução”, esclarece a senadora.

O projeto enviado pelo prefeito foi engavetado pelos vereadores e, através de uma portaria, Barbosa regularizou a questão salarial dos comissionados. “Não há ilegalidade neste ato. O prefeito publicou a portaria baseado na Lei da Reforma Administrativa, de 76 e ainda em vigor, e nas Diretrizes Orçamentá-

rias de 95”, informou Marina.

Despacho do Ministério Público Estadual do Acre também confirma que o prefeito não aumentou o salário dos comissionados. “Analisando os autos, constata-se, a priori, a inoportunidade de aumento de despesas, vez que, consoante demonstra a perícia contábil, ocorreu o inverso, isto é, redução nos gastos com pagamento de pessoal a partir de janeiro do ano em curso”, escreveu a procuradora de Justiça Maria de Salette da Costa Maia.

“Num estado em que o governador (Orlei Cameli, recentemente filiado ao PFL) tem cinco CPFs, em que o avião do governador foi confiscado porque estava contrabandeando, num Estado onde deputados vendem seus votos, onde o Esquadrão da Morte está matando pessoas a torto e a direito por uma ineficiência do governo, do poder público, a perseguição toda é contra o prefeito de uma cidade como Xapuri, que é emblemática para o PT, por causa do Chico Mendes e do movimento social forte que sempre houve lá”, protesta Marina, indignada.

Canavieiros participam de curso de educação popular

Uma experiência de educação popular baseada na pedagogia de Paulo Freire, associada a uma espécie de cooperativismo, está completando um ano na Zona da Mata pernambucana. Batizado de Projeto de Qualificação e Requalificação Sucro-Alcooleiro pelo governo do Estado, o programa envolve cinco mil trabalhadores rurais da usina Catende – uma das maiores da região, estendendo-se por cinco municípios. A usina faliu e os funcionários ficaram sem receber salários e demais direitos. Após um mês de greve, os canavieiros pediram ao governo

pernambucano intervenção na usina.

Sem condições de arcar com as dívidas do estabelecimento, o governo estadual acatou proposta dos sindicatos de trabalhadores rurais e, junto com organizações não governamentais, iniciou o projeto no local. A primeira providência, relata Jaqueline Oliveira, vice-presidente do PT de Joaquim Nabuco (PE) e uma das educadoras de apoio do programa, foi tirar as crianças dos canaviais. “Aqui, o pessoal vai para o corte da cana com 7 anos de idade. Resolvemos fazê-las trocar o trabalho

pela sala de aula”, conta.

Com a instalação do projeto, foram criados 102 ciclos de alfabetização dos adultos, que, além de se educar, mantêm-se organizados em função da principal luta, que é a apropriação da usina através de formação de uma cooperativa. Os trabalhadores – que recebem um salário mínimo do Estado, desde que participem dos ciclos de alfabetização – impuseram-se o desafio de plantar cinco mil hectares de cana. O objetivo é, com o dinheiro dessa produção, pagar as dívidas da usina e deixá-la em condições de voltar a produzir.

O Estado conseguiu verba do Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o programa. Segundo Jaqueline, já foi plantada metade daquela área.

O programa conseguiu, em um ano, alfabetizar perto de 1.200 trabalhadores. Em janeiro deste ano, o educador Paulo Freire esteve na usina Catende para conhecer o trabalho. De acordo com Jaqueline, ele entusiasmou-se com o que viu. “Ele disse que eram exemplos como esse que o faziam continuar firme na pedagogia da esperança”, lembra.

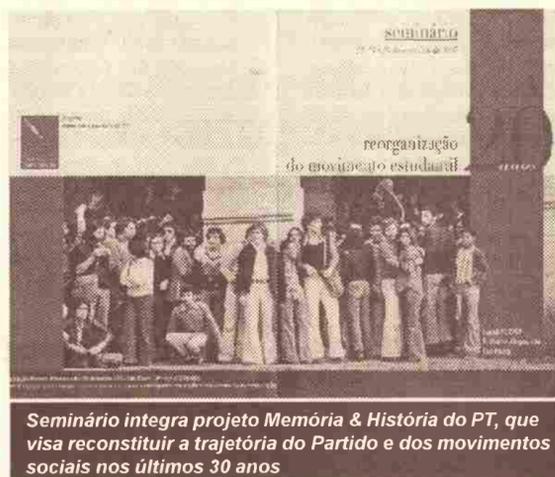
eventos

Reorganização do movimento estudantil é tema de seminário

A Fundação Perseu Abramo promove, nos dias 22, 24 e 25 de setembro, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), o seminário *20 Anos de Reorganização do Movimento Estudantil*. Parte do Projeto Memória & História do PT, lançado pela Fundação no dia 25 de agosto – com a gravação do depoimento de Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro de uma série que visa reconstituir a história do PT e dos movimentos sociais nos últimos 30 anos –, o seminário pretende recuperar, para as novas gerações, a memória da retomada do movimento estudantil, em 1977, produzir uma reflexão sobre o seu significado e importância na conjuntura histó-

rica da época e levantar questões sobre o papel dos jovens – e, particularmente, dos estudantes – nos processos de transformações políticas do país.

A data de 22 de setembro para iniciar o seminário foi escolhida porque marca dois fatos importantes do período: a reunião que possibilitou a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), com a realização do III ENE (Encontro Nacional dos Estudantes), e a invasão da PUC/SP pela repressão, em resposta à realização do Encontro, ambas ocorridas naquele dia de 1977. A PUC/SP fica na rua Monte Alegre, 984, Perdizes. Informações: (011) 255-4986 e 214-0594.



Seminário integra projeto Memória & História do PT, que visa reconstituir a trajetória do Partido e dos movimentos sociais nos últimos 30 anos

A PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO É A SEGUINTE:

22/09/97 – SEGUNDA-FEIRA – SALA 333

19h – Abertura

- Antonio Carlos Caruso Ronca – reitor PUC/SP
- Luiz Soares Dulci – presidente da Fundação Perseu Abramo
- Marco Aurélio Garcia – coordenador do Projeto Memória & História do PT

19h30 – Exibição do filme *O Apito da Panela de Pressão*, de Sérgio Tufluk

20h – A conjuntura de 1977 e a reorganização do movimento estudantil

Coordenação: Aloizio Mercadante

- A conjuntura política em 1977 – André Singer
- Os movimentos sociais do período – Lúcio Kovarick
- O papel do movimento estudantil entre os outros movimentos – Laís Abramo

24/09/97 – QUARTA-FEIRA – SALA 239

20h – O movimento estudantil em 1977

- Coordenação: Paulo Moreira Leite
- Comentários: Kazumi Munakata
- Dirigentes estudantis em 1977: Geraldo Siqueira (Refazendo); Glauco Arbx (Liberdade e Luta) e Alon Feuerwerker (Caminhando)
- Estudante, dirigente do DCE/USP gestões 93 e 94: Maurício Bárbara

25/09/97 – QUINTA-FEIRA – SALA 239

19h – Identidade juvenil e vivência universitária nos anos 70

- Coordenação: Eugênio Buccì
- Marcos Galvão Kaloy, Dagomir Marquezzi e Luiz Henrique Romagnoli

rápidas

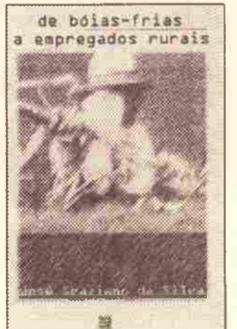
Cidadania Para Todos

No dia 20 de setembro, será realizado o I Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis de Osasco e Região, com o tema *Cidadania Para Todos*. Na abertura do Encontro, às 10h, será apresentada a esquete teatral *Raiz Quadrada de Gente*, com o ator Lázaro Lee Lews, membro da ONG Dudu Adé. Em seguida, o tema será debatido por mesa composta pela deputada federal Marta Suplicy (PT-SP), os deputados federais do PT-SP José Genoíno e João Paulo Cunha, o psicanalista e assessor do Projeto Travessia Jorge Artur Cansild Floriani, a publicitária e integrante do Programa DST/Aids de São Vicente (SP) Barbara Flaming, o professor Waltecy Alves dos Santos, presidente da Dudu Adé, e a socióloga Nina Laurindo, membro do Programa Estadual de DST/Aids de São Paulo. À tarde, será debatido o tema *A Esquerda e o Movimento Homossexual*, por Josué Delfino, membro do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT-SP, e Sebastião Alaide, membro da Dudu Adé. Em seguida, haverá oficina de exclusão, com simulação de um tribunal de júri e criação do núcleo de minorias sexuais de Osasco e região, encerrando o encontro uma apresentação do grupo teatral Arco-Íris. O Encontro será na Câmara Municipal de Osasco.

Informações: (011) 701-7400, ramal 233, ou (011) 429-2733, com Waltecy.

A verdade sobre Leme

Na madrugada do dia 11 de julho de 1986, dois bóias-frias foram mortos na cidade de Leme (SP), vítimas de uma brutal repressão da Polícia Militar de São Paulo. Os então deputados federais do PT que estavam presentes no local – Eduardo Suplicy, Djalma Bom e José Genoíno – foram acusados pelo à época delegado da Polícia Federal, o hoje senador Romeu Tuma, e pelo então secretário de Governo de Franco Montoro, Bresser Pereira, de serem os responsáveis pelo conflito. A verdadeira história e outros episódios da greve de Leme estão contados no livro *De Bóias-Frias a Empregados Rurais*, que o professor José Graziano da Silva lançará no próximo dia 6 de outubro, a partir das 19h, no Auditório Paulo Freire da sede nacional do PT. Durante o lançamento, haverá um bate-papo sobre o conflito de Leme com os deputados federais José Genoíno e estadual Djalma Bom e o senador Eduardo Suplicy.



Informações: Secretaria Agrária Nacional (011) 233-1371

7º Foro de São Paulo

Já estão à venda as fitas de vídeo sobre o 7º Encontro do Foro de São Paulo, realizado entre os dias 31 de julho e 3 de agosto. As fitas custam R\$ 25,00 e podem ser adquiridas junto à Secretaria de Relações Internacionais do PT (SRI).

Informações: (011) 233-1377

Fundação na rede

A Fundação Perseu Abramo já está com sua home-page na Internet. No site, podem ser conhecidos os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pela instituição, as publicações da Editora Fundação Perseu Abramo, projetos em andamento, entre outros assuntos interessantes. A página permite também se comprar os livros publicados pela Editora e assinar as publicações do PT, como as revistas *Teoria e Debate*, *Fórum Internacional* e os semanários *pt notícias* e *Linha Direta*. Vale a pena conferir.

Anote o site: <http://www.spabramo.org.br>

Programas estaduais do PT

A exibição dos programas estaduais do PT em rede gratuita de rádio e TV já está definida. No dia 13 de outubro, os estados de Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina poderão colocar no ar seus programas. Espírito Santo agendou para 10 de novembro a apresentação do programa, enquanto no dia 17 de novembro será a vez de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Os demais estados devem exibí-los no dia 20 de outubro. Como no programa nacional, a exibição no rádio será das 20h às 20h20, enquanto na TV o horário será das 20h30 às 20h50.

Informações: Secretaria Nacional de Comunicação: (011) 233-1322

DN se reúne dias 20 e 21

O novo Diretório Nacional do PT fará sua primeira reunião nos dias 20 e 21 deste mês (sábado e domingo). As eleições do ano que vem figuram na pauta, com discussões sobre o quadro de alianças e candidaturas e a elaboração de plataforma conjunta do PT com PSB, PDT e PCdoB. A organização da Conferência Terra, Trabalho e Cidadania, o Encontro Extraordinário do PT e a composição da Comissão Executiva Nacional do Partido são os outros pontos da pauta para o dia 20.

No dia seguinte, está prevista a discussão da Comissão Provisória para o Diretório Regional do Maranhão e a apreciação dos recursos do ex-prefeito de Diadema (SP) José de Filippi Júnior, sobre coligações em Niterói (RJ), do deputado estadual Florivaldo Fier (PR), de Neilton Araújo (TO) e da ex-presidente do DR-MT Benildes Rodrigues.

A reunião será no Auditório Paulo Freire da sede nacional do PT.

Informações: Secretaria Nacional de Organização (011) 233-1366

mobilização

3º Grito dos Excluídos supera as expectativas

Fotos: Dino P. dos Santos



Mais de 70 mil manifestantes protestam contra a política econômica de FHC em Aparecida

O 3º Grito dos Excluídos, evento organizado pelas Pastorais Sociais da CNBB, MST, CUT e CMP, contou com manifestações em aproximadamente 800 cidades do país no dia 7 de setembro. Segundo Ari Alberti, um dos coordenadores nacionais do ato, este ano a participação duplicou em relação à do ano passado. "As entidades envolvidas assumiram

de fato a proposta do Grito", avaliou.

Apesar de ainda não ter o levantamento completo dos eventos em todo o país, Ari acredita que o 3º Grito superou as expectativas. "A repercussão este ano foi muito maior", comentou. No dia 26 de setembro, as entidades que participaram da organização irão se reunir para fazer avaliação do ato que, este ano, teve

como lema Queremos Justiça e Dignidade.

Em Aparecida (SP), cidade onde houve a maior concentração de manifestantes, os organizadores avaliam que tenham comparecido aproximadamente 70 mil pessoas. Portando apitos e cartões vermelhos, os participantes repudiaram a política econômica do governo federal, o desemprego, a compra de votos e

a fome e pediram reforma agrária, emprego, saúde e educação para todos, além de liberdade para os presos políticos - numa referência ao tema da Campanha da Fraternidade deste ano, que tratou da temática dos encarcerados.

A impunidade também foi alvo de protestos em Aparecida. Presente ao ato, a família do índio pataxó Galdino José dos Santos cobrou a punição de seus assassinos, que tiveram a pena amenizada pela juíza Sandra Mello ao qualificar o crime de lesão corporal seguida de morte, em vez de homicídio doloso.

Para 1999, as Pastorais Sociais da CNBB pretendem ampliar o Grito dos Excluídos para toda a América Latina. A proposta foi aprovada em reunião realizada nos dias 12 a 14 de julho em São Luiz (MA), com representantes de 14 países. O Grito Latino-Americano será, segundo o documento aprovado, "uma grande manifestação popular em prol do resgate das vidas sociais, que exija o cancelamento da dívida externa, como forma de celebrar o jubileu de Jesus Cristo com um compromisso social e transformador".



Vicentinho (CUT) e José Albino (CMP): maior participação

internacional

Cuba atribui atentados a grupo contra-revolucionário

A detenção do salvadoreño Raul Ernesto Cruz Leon, autor das explosões em três hotéis de Havana, capital cubana, que, no dia 4 de setembro, provocaram a morte do turista italiano Fabio Di Celmo e danos materiais nos prédios, revelou o que as forças de segurança de Cuba já conheciam: a tentativa de atingir a ilha em um dos mais importantes setores de sua economia, o turismo.

Segundo informe do Ministério do Interior de Cuba, publicado na edição de 11 de setembro do jornal Granma, as investigações demonstraram que Leon é um agente mercenário recrutado no Exterior e que recebia por cada bomba US\$ 4.500,00. Ele declarou que pertenceu ao Exército salvadoreño, onde recebeu treinamento como pára-quedista e franco-atirador, este último em uma escola militar na Geórgia (EUA) e fez um curso de explosivos com instrutores norte-americanos. Leon disse que sua única motivação é o interesse monetário e que é indiferente ao objetivo das ações.

Porém, conforme foi averiguado pelas forças de segurança cubanas, a fachada faz parte de "operação minuciosamente organizada desde a cidade de Miami (EUA) por uma estrutura subversiva subordinada à chamada Fundação Nacional Cubano-Americana, dirigida pelo líder contra-revolucionário Jorge Mas Canosa". A utilização de profissionais do terrorismo que se passam por turistas é praxe naquela organização, indica o informativo.

Conforme a nota, a Segurança cubana tem conhecimento de que em El Salvador está em operação uma rede de mercenários dedicada ao terrorismo e ao narcotráfico internacional, muito estreitamente vinculada à contra-revolução cubana em Miami. "É sabido que, desde muito antes, diversos integrantes da Máfia anticubana desta cidade apoiaram e se relacionaram abertamente com as forças mais reacionárias desse país centro-americano, incluídos os esquadrões da morte", menciona o comunicado do ministério cubano.

Os atentados do dia 4 foram nos hotéis Copacabana, Triton e Chateau Miramar, tendo sido alvo de bomba ainda, no mesmo dia, o tradicional bar Bodeguita del Medio. Segundo matéria do Granma Internacional, Cuba investe US\$ 400 milhões cada ano para desenvolver o turismo, setor que vem crescendo 19% ao ano na ilha e é a principal fonte de divisas, acima da indústria açucareira.

"Na temporada passada, a receita do setor foi superior a US\$ 1,45 bilhão, quantia que será ultrapassada neste ano com a vinda de 1,2 milhão de turistas, mais 200 mil que em 1996. Dos lucros, por volta de US\$ 150 milhões são destinados à compra de alimentos no Exterior para a população", informa o jornal.

Dirigentes do PT prestam solidariedade aos Pataxó

Fotos: Jorge Mariano/Arquivo DN



Dirceu, Plínio e outros dirigentes do PT recebem família de Galdino

No dia 8 de setembro, a mãe, dois irmãos e um primo de Galdino José dos Santos estiveram na sede nacional do PT. Eles se reuniram com José Dirceu e outros dirigentes e pediram a colaboração do Partido na campanha que fazem contra a decisão da juíza Sandra Mello no julgamento dos assassinos do índio.

"Esperávamos que os quatro rapazes que queimaram Galdino pagassem pelo erro que fizeram, mas foi o contrário", protestou

Luiz Vieira Tititah, primo do pataxó morto no dia 22 de abril em Brasília. "Ela (Sandra Mello) é uma juíza porca, porque, se fizesse direito, teria mantido os bandidos presos. Galdino foi caçar os direitos da terra e encontrou o fim da vida", lamentou a mãe de Galdino, Minervina Maria de Jesus.

No encontro, Dirceu, o secretário agrário nacional do PT, Plínio de Arruda Sampaio, e os demais dirigentes prestaram so-

lidariedade à família pataxó e se disseram empenhados na campanha. "Temos que transformar essa reivindicação num grande movimento, para essas coisas não se repetirem", disse Dirceu.

Os parentes de Galdino também deram conhecimento aos dirigentes do PT da situação das terras indígenas. A comunidade Pataxó Hã-Hã-Hã, que habita a cidade de Pau-Brasil, no Sul da Bahia, retomou, em 92, uma área de 52 mil hectares ocupada por fazendeiros e enfrentam processo de desocupação na Justiça de Ilhéus.

O secretário Plínio de Arruda Sampaio propôs que o PT acompanhe mais de perto a questão indígena no País e sugeriu articulação entre as secretarias Agrária e de Movimentos Populares, juntamente com a bancada federal do Partido, no sentido de intensificar as ações em relação à luta dos índios, tanto no Parlamento quanto nos movimentos sociais.

A família de Galdino, que em São Paulo esteve acompanhada de representantes da Secretaria



Minervina: filho foi caçar direitos

Nacional de Movimentos Populares do PT e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ainda se reuniu com a coordenação nacional do MST, participou de reuniões na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal de São Paulo, encontrou-se com o cardeal-arcebispo dom Paulo Evaristo Arns, acompanhou a Semana Teológica no Instituto Teológico de São Paulo e foi recebida na Câmara e na Prefeitura de São Bernardo do Campo, além de participar, em Aparecida, do 3º Grito dos Excluídos.

ASSINE O SEMANÁRIO

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

- Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda, São Paulo - SP
 C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masc. Fem.

Filiado ao PT: Sim Não



Rua Conselheiro Nébias, 1.052
 CEP 01203-002 São Paulo - SP

Fax (011) 224-1953

SETEMBRO	
20	Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis Petistas de Osasco e Região - Cidadania Para Todos. [Informações: (011) 701-7400, r. 233/ (011) 429-2733, c/ Waltecy]. Câmara Municipal de Osasco
20	Reunião do Coletivo da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo de São Paulo. Câmara Municipal de São Carlos (SP)
20 e 21	Reunião Nacional de Mulheres Negras. Belo Horizonte (MG)
20 e 21	Reunião do Diretório Nacional. São Paulo
26 e 28	Seminário Regional Construindo Programas Estaduais de Direitos Humanos. [Informações: (062) 202-1620; (065) 421-1308. Rondonópolis (MT)]
28	Dia Latino-Americano de Luta pela Descriminalização do Aborto
OUTUBRO	
5	Cem anos de Canudos
10	Dia Mundial da Alimentação
11	2º Seminário sobre Cooperativas Habitacionais e Cooperativas da Construção Civil (2º dia). [Informações: (011) 886-6440/6441 [Liderança do PT na Assembléia Legislativa de S. Paulo]. Câmara Municipal de S. Paulo
12	Dia Nacional de Luta por Creche